



ACÓRDÃO Nº1248/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11365/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT
- 4- **Responsável:** Miguel Antonio Goncalves de Souza (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6863/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Miguel Antonio Goncalves de Souza**, responsável pelo **Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT**, no curso do **exercício 2017**, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Miguel Antonio Goncalves de Souza** no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52, 53, parágrafo único, e 54, *caput*, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), diante do fato de que, embora as contas tenham sido consideradas regulares com ressalvas, há impropriedades identificadas e consideradas não sanadas: *ausência de Controle Interno; descumprimento pelo ente da Lei de Acesso a Informação; renúncia de*



ACÓRDÃO Nº1248/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Receita pertinente às infrações de trânsito; inexistência de Sistema informatizado na geração de guias para arrecadação de receitas; ausência de baixa total dos valores inscritos na Dívida Flutuante; ausência de controle dos bens classificados no Ativo Imobilizado; e ausência de controle dos materiais de consumo, conforme informadas no Relatório Conclusivo da DICAMI e no relatório/voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar que seja recomendado ao DEMUT que atente para as seguintes questões, sob pena de falhas dessa natureza não serem mais relevadas:

10.3.1. realize melhor dimensionamento das previsões de receitas de forma que elas se tornem indispensáveis para a tomada de decisões para realização dos programas do governo, indicando assim um orçamento mais realista;

10.3.2. comprove a busca de cumprimento dos ditames estabelecidos pelo DETRAN com finalidade de "liberação" para que o mesmo possa realizar as medidas administrativas e punitivas relacionadas ao trânsito municipal de Maués;

10.3.3. implemente de forma breve o sistema informatizado de geração de guias de arrecadação municipal;

10.3.4. que o ente só realize pagamentos de quinquênio para servidores do seu quadro de pessoal;

10.3.5. que haja aprovação da Lei de Quadro de Pessoal próprio do DEMUT;

10.3.6. realize concurso público para preenchimento do quantitativo de cargos, pertencentes ao quadro;

10.3.7. que sejam realizados os procedimentos de pagamentos e/ou cancelamento de saldos referentes aos Restos a Pagar advindos de 2017 para realização de Baixa dos valores constantes na Dívida Flutuante.

10.4. Arquivar o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.



ACÓRDÃO Nº1248/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 3 de Dezembro de 2019
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral